

# FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E SUAS INTERFACES COM A POBREZA

Marília Gonçalves Dal Bello\*  
Renata Silva\*\*

**RESUMO:** Ao abordar o contexto do título acima o presente estudo buscou efetuar uma análise teórica sobre a contemporaneidade e seus rebatimentos na família. Visou ainda analisar as iniciativas associadas às políticas sociais públicas que se propõem a enfrentar a pobreza vivenciada por grande parte das famílias que se encontram inseridas na sociedade atual. Utilizou tanto pesquisa bibliográfica junto a autores como Harvey (1994), Vaistman (1994), Soares (2003), Carlotto (2006), Miotto (2000) entre outros. A síntese final aponta para um grande contingente de família pobres que se viram nesta condição em decorrência das mudanças de ordem econômica cujos efeitos mais perversos têm sido o fortalecimento da lógica individualista e a desigualdade social associada à perda gradativa da eficiência do Estado na provisão de serviços públicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família; Pobreza; Contemporaneidade.

## CONTEMPORANEOUS FAMILY AND THEIR INTERFACES WITH POVERTY

**ABSTRACT:** By approaching the context of the title above, the present study aimed at carrying out a theoretical analysis on the contemporaneity and its effects on the family. As well as that, initiatives associated to public social policies that propose to fight poverty faced by a great number of families that are inserted in the present society were also analyzed. Thus, a bibliographical research was carried out about authors like Harvey (1994), Vaistman (1994), Soares (2003), Carlotto (2006), Miotto (2000)

---

\*Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina-UEL; Docente no curso de Serviço Social do Centro Universitário de Maringá-CESUMAR; Assistente Social. E-mail: madalbello@hotmail.com

\*\* Psicóloga pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; Atua no atendimento a família vulneráveis no Centro de Referência da Assistência Social. E-mail: rfenix@hotmail.com

among others. The final synthesis points to a great contingent of poor families that have found themselves in this condition due to economic changes, whose most perverse effects has been to strengthen individualistic logic and social inequality associated to the gradual loss of the State's efficiency in providing public services.

**KEYWORDS:** Family; Poverty; Contemporaneity.

## **INTRODUÇÃO**

Estudos recentes (HARVEY, 1994; VAISTMAN, 1994) têm constatado importantes transformações na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho e ao fortalecimento da lógica individualista. Ao mesmo tempo indicam uma revolução na área da reprodução humana, mudanças de valores e liberalização de hábitos e costumes.

Em conseqüência, ocorreram mudanças radicais na organização das famílias, dentre as quais se observa o processo de empobrecimento acelerado, associado, em grande parte, à perda gradativa da eficiência do setor público na prestação de serviços.

Concomitantemente ao processo de desenvolvimento do individualismo que caracteriza a sociedade moderna, vivencia-se o paradoxo do apelo para a preservação da lógica da solidariedade familiar.

Os novos arranjos familiares presentes na sociedade pós-moderna, como também os fatores econômicos e sociais, que têm provocado maior empobrecimento das famílias e sua conseqüente vulnerabilidade, geram a necessidade de compreender o contexto em que se formam estas novas características e de promover mudanças no que se refere à visão idealizada de família.

## **2. FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE**

Muitas são as denominações utilizadas para designar a contemporaneidade: pós-modernismo, modernidade tardia, sociedade do conhecimento e da informação, entre outras. Entretanto, para diversos autores que discutem a sociedade atual (HARVEY, 1994; VAISTMAN, 1994), é possível identificar um consenso que aponta para as transformações cujas origens são encontradas na expansão do capitalismo

monopolista globalizado, no desenvolvimento científico-tecnológico e no acirramento das desigualdades sociais.

Harvey (1994) entende a “condição pós-moderna” a partir de uma perspectiva histórica, cujas raízes encontram-se na própria modernidade em um processo sem fim de rupturas e fragmentações no seu interior. O autor considera o século XVIII como o início da era moderna, representada pelos ideais iluministas que levavam os indivíduos a acreditarem na convergência entre progresso e razão, produção e acumulação, através do domínio da natureza, o que traria como consequência a satisfação das necessidades e a existência de seres humanos mais plenos e felizes. Admitia-se, na racionalidade, um processo de destruição que traria o novo. Com o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento, seria possível o fim de irracionalidades como o mito, a religião, a superstição e o uso arbitrário do poder.

Não obstante, as duas grandes guerras mundiais, a instalação de campos de concentração, os genocídios étnicos, o desenvolvimento do progresso técnico-científico e a possibilidade de destruição do planeta, contrapondo-se ao abismo econômico entre classes sociais, denunciam o colapso da racionalidade humana. Estes acontecimentos levam à crença de que não houve rompimento com a modernidade, pois, apesar de todo o progresso vivenciado nos dias atuais, convive-se com outras formas de irracionalidade humana, como a fome, a miséria, as guerras e a discriminação étnica, que se fazem presentes nas mais diversas regiões do planeta.

Harvey (1994), ao associar a discussão da modernidade com um movimento de superação do espaço por meio do tempo, lança a expressão “compressão do tempo-espaço” para explicar a lógica capitalista, que, para manter-se e perpetuar-se, necessita de um constante processo de expansão em busca de novos mercados de consumo. Esta lógica implica em uma aceleração do processo global, que atravessa fronteiras nacionais, interconectando e colocando em choque diferentes culturas. Se por um lado isto gera a padronização da cultura, de valores e de consumo, por outro acirra as diversidades e desigualdades sociais, provocando conflitos, tensões e inseguranças, surgidas de inovações e pseudonecessidades impostas pelo mercado capitalista.

O autor situa as raízes das atuais mudanças culturais na flexibilização da economia, a que se associam a superação da rigidez do fordismo e a aceleração do tempo de giro dos produtos no mercado, como medidas para solucionar a crise do modelo fordista-keynesiano, requerendo assim

estratégias mais criativas para atrair os consumidores e agentes produtivos como garantia do funcionamento do sistema capitalista de produção. As estratégias atuais de incentivo ao consumo no mercado globalizado estão baseadas na criação de novas mercadorias e necessidades.

A aceleração do tempo de giro das mercadorias em contraposição à durabilidade dos produtos levou os capitalistas a aumentarem o ritmo de consumo, através da produção de bens pouco duráveis e de fácil adaptação ao período de intensa inovação e transformação do mercado.

A ênfase do mercado em produtos efêmeros influencia valores e costumes na medida em que tais produtos se tornam descartáveis e instantâneos, diante de mudanças drásticas e rápidas. Novos valores são construídos em oposição aos velhos, que são destruídos e/ou absorvidos e aproveitados segundo a lógica capitalista. Neste contexto, as imagens adquirem um caráter eminentemente rápido, flexível e adaptável à conquista e estabelecimento de uma nova marca de uma nova identidade que possibilite aos produtos a conquista de um espaço mais duradouro no mercado competitivo.

O pós-moderno é entendido por Harvey (1994, p. 267, grifo nosso) como marcado pelo efêmero, fragmentário e caótico, pela saturação de imagens e perda de significado do espaço em meio ao fluxo de informações, provocando a sensação

[...] da *perda de um sentido futuro*, aliada à rapidez que mescla presente e futuro, dando a sensação da inexistência do futuro. *O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual e efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global unificado.*

Ao propor-se a discutir a sociedade pós-moderna, Harvey (apud VAISTMAN, 1994) coloca que tais mudanças têm favorecido o individualismo, por desencadear novos modos de pensar, sentir e agir, baseados na volatilidade e efemeridade da moda, idéias, ideologias, valores e práticas estabelecidas. Ainda segundo o autor, estas transformações na organização socioeconômica e cultural implicariam na mudança de comportamento das pessoas, na medida em que estas passariam a descartar, com muita facilidade, não só bens materiais, mas também valores, estilos de vida, relações estáveis, ligação próxima com pessoas, construções, lugares e modos herdados de fazer e de ser.

Ainda segundo o autor, a organização social e econômica na modernidade tem no significado do individualismo um conjunto de valores cujo eixo é formado pelos princípios de liberdade e igualdade. Assim a individualidade desenvolve-se como um princípio moderno, vinculando-se à eliminação de barreiras associadas à autoridade paterna e à liberdade de mobilidade tanto social quanto geográfica. Ampliou-se o círculo de pessoas que se tornaram passíveis de escolha como parceiros no casamento, ampliando também a liberdade, que implica em uma inclinação totalmente pessoal.

A livre escolha, porém, segundo Vaistman (1994), constitui o ponto fraco do casamento e conseqüentemente da família conjugal moderna; ou seja, quanto maior a possibilidade efetiva de escolher, maior o espaço para se manifestarem os conflitos entre o individual e o coletivo. A divisão sexual do trabalho e o individualismo patriarcal são redefinidos: homens e mulheres passam a ser considerados como iguais e criam-se condições favoráveis para que se manifestem os conflitos, que já existiam, mas não eram manifestados, levando a um maior número de separações.

As mulheres, ao se constituírem como indivíduos, desafiaram a dicotomia público/privado, o que lhes permitiu construir suas identidades não mais ligadas à esfera privada. Tal contexto acaba por estimular a instabilidade e a volatilidade nas relações íntimas, no casamento e na família. Favorece ainda a reformulação permanente de projetos, vontades e aspirações individuais.

Em várias partes do mundo industrializado as mulheres foram aumentando sua participação no ensino superior, nas atividades profissionais, políticas, sindicais e culturais, redefinindo as fronteiras entre o público e o privado atribuídas segundo o gênero. Muitas deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos, fato este favorecido pelo desenvolvimento de métodos contraceptivos, que permitiram às mulheres ultrapassar os limites impostos pela natureza.

Não obstante, é importante observar que muitas mulheres, principalmente aquelas provenientes das camadas mais baixas, não participaram deste processo, pela dificuldade de acesso à educação formal e à qualificação profissional. Os cuidados com os filhos muitas vezes são deixados apenas às mães, por falta de equipamentos públicos (centros de educação infantil) que os acolham e permitam às mulheres a saída para o mercado de trabalho.

Como a sociedade moderna é baseada no princípio da igualdade, mas profundamente desigual em sua base econômica, em relação aos pobres faz-se uma leitura de subordinação social no mundo de hoje. No universo

cultural dos pobres não estão dados os recursos simbólicos para a formulação de projetos individuais, pois para isto se pressupõem condições sociais específicas de educação, de valores sociais alheios a seu universo de referenciais culturais, tornando tais projetos inconcebíveis. A tradição mantém-se, assim, como uma referência para a sobrevivência dos desfavorecidos, os quais pensam seu lugar no mundo a partir de uma lógica de reciprocidade de tipo tradicional, em que o que conta decisivamente é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança como meio de viabilizarem sua existência. Sua inserção na sociedade como seres capazes de conceber e realizar projetos individuais torna-se uma busca frustrada, em que aparece o peso de sua subordinação social (SARTI, 2003).

## 2.2 FAMÍLIA E POBREZA

Com a emergência do neoliberalismo, a partir da década de setenta do século XX, em contraposição aos investimentos do Estado em políticas públicas pautadas no *Welfare-State*, tem-se observado uma constante precarização das garantias de proteção destinadas aos trabalhadores e aos excluídos do mercado de trabalho. Privatização, desmantelamento de sindicatos e redução de garantias trabalhistas têm sido a orientação neoliberal na tentativa de manter as altas taxas de lucro capitalista em seu estágio monopolista (ANDERSON, 1998).

Nos países latino-americanos, o neoliberalismo implicou na pauperização de incontáveis trabalhadores, que tiveram sua situação de vida precarizada. No Brasil, o *ajuste neoliberal* (SOARES, 2003) implicou no empobrecimento de grande parcela da população brasileira ao se deparar com a redução do Estado e uma maior expansão do setor privado como empresário das políticas sociais.

De acordo com dados da Cepal, na América Latina, percentuais crescentes da população declaram sentir-se submetidos à condição de risco e insegurança sem defesa. Como causas deste problema a Cepal aponta a evolução do mercado de trabalho e o recuo da ação do Estado.

Assim, em países periféricos, como o Brasil, onde já existem desigualdades estruturais e históricas, a distância entre ricos e pobres aumentou ainda mais. Neste sentido, completa Soares (2003, p. 45)

o que a modernidade nos trouxe foi a superexposição perversa de antigas situações de desigualdade e miséria a uma “nova pobreza” causada pelo aumento

do desemprego associado à redução e/ou ausência de mecanismos de proteção social.

Segundo Soares (2003), esta combinação de fatores torna complexos os mecanismos de enfrentamento, cujos resultados se vêem agravados pelo desmonte adicional das políticas sociais ou dos mecanismos de proteção social. De acordo com Miotto (2000), associadas a tais fatores conjunturais têm-se as mudanças familiares, decorrentes de novos arranjos entre seus membros e dos ciclos de vida, o que tem contribuído para uma maior vulnerabilidade das famílias à pobreza, notando-se a presença da mulher como responsável pela chefia de família. Famílias jovens (chefes com idade média de 32,1 anos) apresentam piores condições de vida que famílias adultas (chefes com idade entre 44.5 e 58.8 anos), em virtude de características peculiares a cada ciclo da vida.

Vitale (2002) chama a atenção para o crescimento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres no Brasil. Segundo a autora, em 1992 eram estimadas em 21,9%, e o Censo 2000 constatou que em 1999 este grupo já representava 26% do total das famílias.

Para Vitale (2002), o empobrecimento da mulher tem sido relacionado à desigualdade de rendimentos e de condições de trabalho. Dados do Censo 2000 apontam que a média de renda entre homens chefes de família era então de R\$ 827,00, enquanto a das mulheres era de R\$ 591,00. Para 5,5 milhões de mulheres chefes de família o rendimento mensal não ultrapassava R\$ 276,00.

Para Soares (2003), a pobreza feminina estaria relacionada ao trabalho não remunerado. Nele a autora inclui o trabalho doméstico, o trabalho comunitário não remunerado, o cuidado com as crianças e velhos. Esse trabalho não é mensurado em termos quantitativos nem é valorizado nas finanças nacionais. Assim a contribuição da mulher para o desenvolvimento é subestimada e, em consequência, seu reconhecimento é limitado.

O empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres tem resultado ainda na precarização da vida dos membros familiares, principalmente os mais jovens. Dados divulgados pelo IBGE apontam que na última década aumentou de 1,7 milhão para 2,3 milhões o número de crianças brasileiras de 0 a 6 anos que vivem em lares chefiados por mulheres com renda de até 2 salários-mínimos (GUEIROS, 2002).

As consequências da crise econômica a que está sujeita a família pobre precipitam a ida de seus filhos para a rua e, muitas vezes, o abandono da escola e a ida precoce para o mercado de trabalho para ajudar no orçamento

familiar. Esta situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer à medida que as articulações na rua vão se fortalecendo, ficando cada vez mais distante o retorno dessas crianças ao convívio sociofamiliar (PEREIRA; GOMES, 2005).

Muitos jovens acabam se inserindo em quadrilhas de tráfico de drogas, principalmente jovens que vivem em áreas periféricas de cidades de médio e grande porte, pelo fato de isto ser-lhes apresentado como uma alternativa que oferece facilidade na obtenção de dinheiro, em contraste com o contexto de pobreza no qual estão inseridos (ZALUAR, 1994). Soma-se a isto a questão de que muitos jovens pobres, ao tornarem-se membros das quadrilhas de tráfico de drogas, adquirem integração social e respeito na comunidade, conquistados por meio do medo imposto pelo poder da arma de fogo.

Apesar do agravamento da pobreza, a inclusão social mediante as políticas públicas garantidas pelo Estado tem se mostrado bastante precárias e insuficientes. Os valores ínfimos pagos pelos programas de transferência de renda, associados à colocação dos indivíduos, principalmente das mulheres, como principais responsáveis pelo acesso aos programas governamentais, tem levado as famílias a criarem mecanismos próprios de sobrevivência, como aqueles associados ao tráfico de drogas, ao trabalho infantil e outros.

Em pesquisa desenvolvida por Bello (2004, p. 75) uma mãe residente em um bairro periférico da cidade de Londrina, ao ser entrevistada, comparando a sua situação anterior como traficante de drogas e sua atual condição, quando possui como única fonte de renda o dinheiro proveniente do programa social, assim relata:

Eu já vendi droga. Eu passava a noite inteira vendendo droga na rua. E droga é assim, se você ganha R\$ 200,00 você quer R\$ 400,00, você quer R\$ 600,00 e é assim, a gente sempre quer mais. Eu já tinha dinheiro guardado no banco que quase dava pra comprar uma casa. Eu ganhava dinheiro viu! Na minha casa não faltava nada. Você abria a minha geladeira e tava sempre cheia. Meus filhos comiam do bom e do melhor. Tinha roupa boa e tênis de marca. (Mãe/38 anos-B)

*Agora eu recebo o Bolsa Escola Federal que é 45,00 e eu passo necessidade. [...] Tem dia que eu demoro pra dormir, eu fico pensando, fico angustiada com essa situação toda. Se eu compro gás, falta comida,*



*se eu compro comida tenho que cozinhar lá fora no fogão de lenha. Nossa é uma vida muito difícil. O [filho] até já falou: “ô mãe, eu vou vender droga, viu? Pelo menos a gente tem as coisas direito dentro de casa e dá pra comprar as coisas que eu gosto”.... Sabe, né, ele gosta de bermuda, tênis novo, essas coisas de adolescente. (Mãe/38 anos-B)*

De acordo com Carloto (2006), os programas de “desenvolvimento” protagonizados pelo Estado brasileiro possuem como principal estratégia a privatização da família ao propor a transferência de responsabilidades que deveriam ser do Estado às famílias, principalmente as centradas na figura feminina. Nesse sentido, a principal estratégia das políticas focalizadas tem sido a entrega direta de bens ou atividades de capacitação, que reforçam as habilidades consideradas adequadas às donas de casa e mães não trabalhadoras. Exemplos mencionados pela autora como programas de provisão direta são aqueles associados à alimentação, combate à desnutrição, erradicação do trabalho infantil e programa Bolsa Família, iniciativas que acabam por condicionar a mulher à esfera privada, na medida em que tal rede de proteção a impede de sair da condição de pobreza, de responsável pelo ambiente doméstico, pelo cuidado com o filho. Assim elas permanecem dependentes de benefícios providos pelas políticas de assistência social, que, por sua vez, além de quantitativamente baixos, são seletivos, focalizados e temporários. Nesse sentido, coloca Soares (2003, p. 76):

[...] a participação democrática da mulher não deve restringir-se apenas aos programas contra a pobreza, mas deve ser ampliada para se atingirem mudanças nas estruturas econômicas com vistas a garantir a todas as mulheres o acesso aos recursos, às oportunidades e aos serviços públicos.

No que diz respeito à relação família-Estado evidencia-se gradativa transferência para as famílias de uma sobrecarga que muitas vezes elas não consegue suportar, em vista das precárias condições socioeconômicas a que parcela considerável da população está submetida (GUEIROS, 2002).

Dessa forma, no âmbito das transformações socioeconômico-culturais que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, o acirramento da má distribuição de renda e a constante pauperização das famílias, em

consequência do desemprego e do subemprego, têm gerado situações de exclusão e vulnerabilidade, pois a dificuldade de acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania - como saúde, educação, moradia e saneamento básico - impedem o desenvolvimento saudável das relações familiares e provocam o aumento de conflitos e a desagregação entre seus membros.

Estes fatores evidenciam a necessidade de implementação e efetivação de políticas públicas para a família que levem em consideração os novos arranjos familiares, bem como uma mudança em relação ao ideal de família pelos profissionais da área de assistência social, para que assim possa haver um atendimento mais adequado às necessidades de seus membros.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família contemporânea, com seus novos arranjos e papéis, caracteriza-se por necessidades bastante diferentes do modelo idealizado (que ainda permanece em vigor) da família nuclear burguesa. Entretanto suas novas características - associadas às influências econômicas e sociais, que a tornam vulnerável devido à pobreza e à exclusão - tornam evidente a necessidade de implementação de programas sociais que lhe permitam condições básicas de inserção social e de cidadania para que ela possa cumprir o papel que lhe é social e legalmente atribuído

Diante da ausência das políticas de proteção social que deveriam ser implementadas na esfera pública, deparamo-nos no cotidiano profissional com a pressão para que encontremos, junto às famílias, respostas para as graves situações vivenciadas pelos indivíduos que dela fazem parte.

Assim, a proposição de cuidados a serem dirigidos às famílias deve partir do princípio de que elas não são apenas espaços de cuidados, mas principalmente, são espaços a serem cuidados, como forma de garantir o acesso aos direitos adquiridos e de prevenir problemas sociais.

### REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 9–23.

CARLOTO, M. C. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 86, ano XXVII, 2006.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-32005000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-32005000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 out. 2006.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, ano XXIII, p. 102-121, 2002.

HARVEY, D. **A Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

MIOTO, R. C. T. **Cuidados dirigidos a família e segmentos sociais vulneráveis**. Capacitação UNB-modulo 4. Brasília: [S. n.], 2000.

SARTI, C. A. **Famílias enredadas**. Família, Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais identidade, casamento e família em circunstâncias pós modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 71, ano XXIII, 2002.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan-UFRJ, 1994.